

Prefácio

Se num qualquer exercício possivelmente espúrio procurássemos examinar o valioso património da investigação sociológica portuguesa, seria seguramente desconcertante verificar que nele quase não figura a advocacia. Na verdade, à excepção de um estudo coordenado por António Caetano (2003), promovido pela Ordem dos Advogados e por esta editado, não conhecemos qualquer investigação que, até hoje, se tivesse directamente debruçado sobre este grupo profissional.

Levando mais longe o escrutínio, chegaríamos ainda à conclusão que, longe de se circunscrever à Sociologia, esta ausência se estende aos domínios da História, da Antropologia, da Psicologia Social, numa palavra, à generalidade das ciências sociais.

Haverá decerto razões que o expliquem; mas há, antes de tudo o mais, que reconhecê-lo: trata-se de uma lacuna difícil de entender. Além do seu indiscutível poder de intervenção na sociedade portuguesa, a profissão do foro constituiu ao longo do século XX uma importante plataforma de recrutamento e reprodução das elites nacionais e internacionais, quer no interior de si mesma, quer como via de acesso a outros domínios de actividade, avultando o político, o económico e o administrativo-burocrático. E é também assinalável o número de advogados ou ex-advogados que adquiriram notoriedade em áreas, à partida, bastante distantes do «mundo jurídico». O campo artístico, com particular incidência no meio literário, é um exemplo flagrante. Como se não bastasse, a advocacia é hoje em dia uma área que conhece uma expressão quantitativa muito relevante, e cujo número de membros não tem cessado de aumentar nas últimas três décadas, crescimento que se alargaria ainda mais caso adoptássemos como ponto de referência a totalidade dos indivíduos que obtiveram uma licenciatura em Direito. Já em finais de 2003

encontravam-se inscritos na Ordem dos Advogados portuguesa, exercendo ou não a actividade, 31 183 advogados. Perfilamo-nos assim diante de uma categoria profissional de elite que, ao ter sido atingida por um fenómeno de crescimento exponencial nas últimas décadas, se mostra particularmente ajustada à análise de fenómenos observáveis também junto de diversas outras ocupações altamente qualificadas: desvalorização simbólica, desemprego, precariedade, descapitalização, frustração de aspirações, etc.

Creemos que o presente trabalho contribuirá para uma melhor compreensão deste grupo profissional, ajudando assim a preencher um espaço em aberto na Sociologia portuguesa. Serão aqui, efectivamente, elencados e discutidos alguns aspectos centrais na estruturação da advocacia contemporânea: o surgimento de novos modos de exercício da profissão, o processo de crescente diferenciação interna que o grupo tem sofrido no momento presente, a distribuição diferenciada dos jovens no interior deste universo hoje em dia bastante compósito e segmentado, e as representações que os profissionais tecem acerca da profissão e dos seus pares.

Mas, uma vez feita esta introdução, torna-se imperioso esclarecer o seguinte: se é inegável que nos encontramos perante um *estudo centrado na advocacia*, este não é um *estudo sobre a profissão de advogado*. Acrescentamos, aliás, que não se trata sequer de uma investigação enquadrável na área consolidada da Sociologia das Profissões, pelo menos afixando-nos no modo como esse património é balizado nas obras de MacDonald (1995), Dubar e Tripier (1998), ou Rodrigues (2002 [1997]), autores de conhecidos compêndios sobre esta matéria.

Como o próprio título do livro esclarece, é o processo de inserção dos jovens advogados no mundo do trabalho o que aqui está em causa. Mais: o leitor terá oportunidade de constatar que a população sobre a qual nos debruçamos não será aqui tomada apenas *per se*, mas também como uma janela que se entreabre para um cenário mais vasto – o da inserção profissional dos diplomados do ensino superior. É justamente no quadro desta última temática, também ela ainda alvo de uma cobertura deficitária em Portugal, que pretendemos situá-lo.

Tendo em conta as inquietações e apreensões que a expressão «inserção profissional» geralmente suscita, será conveniente advertir que o presente texto não se preocupa, exclusivamente, com o

maior ou menor sucesso e rapidez com que se processa a incorporação dos jovens advogados no mercado de trabalho, nem com o quanto esse processo se encontra presentemente assombrado pelo espectro do desemprego. Embora abordados, esses temas constituirão apenas um dos aspectos focados, não sendo certamente em seu torno que as restantes questões irão gravitar.

Haverá pois vantagem em situar já nestas primeiras linhas, e de forma clara, a questão: como é que a inserção profissional será aqui perspectivada? Ela será aqui entendida como a dinâmica através da qual um conjunto de indivíduos (neste caso «jovens advogados»), que dispõem de recursos diferenciados, procuram, por um lado, inscrever-se em *posições no mercado de trabalho* e, por outro, concretizar um conjunto de finalidades em grande medida apenas alcançáveis no ou através do trabalho remunerado, por exemplo, a obtenção de autarcia face à família de origem, elevados níveis de capital económico, uma situação prestigiada, a possibilidade de desenvolverem actividades que consideram intrinsecamente gratificantes, etc., aspectos designados neste estudo *valores do trabalho*. Por sua vez, consideramos que do acesso a essas posições e da maior ou menor concretização desses valores depende a avaliação que produzem, quer acerca da sua situação profissional concreta quer de si mesmos, em virtude do lugar central que o trabalho (e, por vezes, a falta dele) ocupa na vida dos indivíduos nas sociedades produtivistas contemporâneas.

É fácil pressentir que, ao abordarmos a inserção segundo este prisma, tornou-se possível esboçar um retrato de conjunto da situação desta população de jovens profissionais perante o trabalho, analisando os factores que explicam a sua incorporação desigual no mercado da advocacia. Mas, mais do que isso, foi também possível penetrar nos meandros da relação subjectiva e existencial que os indivíduos estabelecem com o trabalho, tema que destacámos em estudos anteriores (Chaves, 1999a e b), e que no nosso caso precedeu largamente o interesse pela problemática da inserção profissional dos diplomados do ensino superior.

O presente livro corresponde, com substanciais cortes e alterações destinados a facilitar a sua apreensão por um conjunto amplo de leitores, a uma tese de doutoramento realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Como sucede com múltiplos textos científicos, os momentos

da escrita e da publicação são, muitas vezes, mediados por um hiato temporal susceptível de desactualizar a informação coligida. E este livro não foge a essa regra. Não dispusemos de condições para assegurar que os dados recolhidos seriam totalmente idênticos aos que se obteriam no momento presente. Nesse particular, anima-nos apenas a certeza de serem os mais recentemente produzidos sobre a população de jovens advogados de Lisboa. Mas o problema da maior ou menor actualidade da informação parece-nos, contudo, pouco relevante – a proposta teórico-metodológica avançada, as tendências centrais registadas a propósito das lógicas de inserção dos jovens advogados e, finalmente, as hipóteses que destinámos a investigações futuras continuam a ter, em nossa opinião, inteira validade.

Gostaríamos, contudo, de deixar uma advertência. Uma tendência por nós documentada, com evidentes consequências na inserção de jovens profissionais lisboetas, terá vindo provavelmente a acentuar-se nos últimos anos. Referimo-nos à expansão da advocacia na sua forma societária, processo que conduziu parte considerável dos jovens advogados a uma dinâmica de assalariamento, que os afastou do arquétipo liberal de exercício da profissão. Isto sucedeu um pouco por toda a Europa, à semelhança do que já acontecera, décadas antes, nos EUA, com particular ênfase no período do pós-guerra. Tal situação foi, aliás, brilhantemente descrita e comentada por Wright Mills (1951) em *White Collar*, ensaio notável sobre o assalariamento e expansão das novas classes médias na sociedade americana que, não estando obviamente isento de críticas, se encontra, a nosso ver, injustamente relegado para a prateleira dos clássicos inutilizados.

Não queremos começar este texto sem agradecer na primeira pessoa a quem para ele contribuiu.

Em lugar de destaque relevo o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que co-financiou o estudo, inscrevendo-o num projecto coordenado por João de Pina Cabral, co-financiamento que se revelou da maior importância na concretização do trabalho de campo.

Ele só foi também possível graças a um conjunto de pessoas que nele aceitaram colaborar. De entre todas destaco as centenas

de jovens profissionais que acederam a responder ao inquérito, que me concederam entrevistas, ou que comigo foram dialogando. Só a amabilidade de cada um, aliada à capacidade de persuasão da Dr.^a Cristina Chee, permitiu conduzir a fase de recolha empírica a bom porto.

Alguns advogados seniores revelaram também disponibilidade em contactar comigo e até, é justo referi-lo, uma certa sensibilidade para a importância que as ciências sociais poderiam acrescentar ao conhecimento da profissão. Destaco neste caso o Dr. José Miguel Júdice, à data bastonário da Ordem dos Advogados, que, conjuntamente com a Dr.^a Cristina Salgado, me franqueou as portas dessa associação profissional, tornando desse modo possível a aplicação do inquérito extensivo que levei a cabo. O papel da Dr.^a Fátima Nunes foi também determinante na aceleração do projecto ainda na sua fase de gestação. Agradeço igualmente à Dr.^a Rita Cunha Leal, que se apressou a responder a diversas questões que lhe fui colocando e que careciam de um rápido esclarecimento.

À Dr.^a Leonor Nicolau devo o apoio prestado na construção da base de dados e no desenvolvimento, em articulação comigo, de algumas das operações técnicas subsequentes. O agradecimento é extensível ao Dr. António Gomes, no que respeita ao desenho da amostra.

Uma palavra de reconhecimento é também devida aos meus colegas e amigos Rui Santos, João Sedas Nunes, José Resende, Ana Fernandes e Nuno Domingos, pela sua presença e sugestões. A João de Pina Cabral e Luís Baptista estou eternamente grato pela ajuda e acompanhamento valiosos que, enquanto orientadores, me foram concedendo. Destaco ainda Madalena Patriarca, pela leitura atenta do manuscrito e pelos seus comentários preciosos.

À Joana, ao Vicente e ao João Maria, por tudo quanto lhes tirei durante o tempo dedicado a este empreendimento.

A meu pai dedico integralmente este livro. Ele permanecerá para sempre acima de tudo e de todos.

Este livro compõe-se de dez capítulos. No primeiro, avançaremos o enquadramento teórico que sustenta a análise, esclarecendo os seus objectivos centrais e o modo como nos propomos abordar a problemática da inserção profissional. No segundo,

debruçar-nos-emos sobre a população em estudo, balizando-a e procurando tornar claros os critérios e as opções que presidiram a essa delimitação. Finalizamo-lo com a apresentação das metodologias utilizadas na recolha dos dados.

Do ponto de vista do percurso de inserção ensaiado pelos jovens profissionais, os três capítulos que se seguem (3, 4 e 5) encontram-se alinhados cronologicamente.

No terceiro capítulo, produziremos uma análise retrospectiva dos recursos desiguais de que estes jovens dispunham no momento anterior ao seu ingresso na profissão; tanto dos que possuíam a montante da sua inserção no campo universitário, como dos que foram acumulando durante a sua passagem pelo ensino superior. No capítulo 4, a atenção será focalizada no próprio universo profissional, procurando contemplar o modo como este se encontra estruturado no momento presente (leia-se pré-estruturado, face aos indivíduos que nele irão ingressar). No quinto capítulo, o último desta série cronológica, procuraremos esboçar um mapa detalhado da forma desigual como esses «recém-chegados» se distribuem no universo profissional, descortinando até que ponto as posições que nele ocupam se encontram hierarquizadas.

No capítulo 6, interrogar-nos-emos de que modo as desigualdades verificadas a montante da inserção dos jovens no campo profissional se reflectem na desigualdade de posições que irão ocupar no seu interior e, naturalmente, numa apropriação díspar dos capitais sociais e económicos que aí circulam. De seguida, e explorando as potencialidades heurísticas do conceito de campo, procuraremos, no capítulo 7, avaliar se o capital simbólico que circula no seu interior se encontra associado aos capitais económicos e sociais. Isto é, se os jovens advogados que se apropriam de um maior volume de capital económico são também aqueles que se apoderam do capital simbólico aí existente, e em que grau isso sucede. Tal reflexão justifica-se na medida em que cada campo possui valores e princípios de atribuição de capital simbólico que em certa medida lhe são específicos. Importa discerni-los.

Nos dois capítulos seguintes, o ângulo de análise sofrerá uma alteração, adoptando-se uma perspectiva mais próxima daquela que os agentes promovem acerca da sua própria experiência de inserção. Com esse propósito analisaremos, no oitavo capítulo, o modo como os jovens se confrontam e seleccionam as posições que pretendem no interior do campo profissional e, simultaneamente,

os valores do trabalho que nele procuram alcançar, dimensões que, como teremos ocasião de demonstrar, se encontram estreitamente relacionadas. No capítulo nono, veremos como os jovens avaliam a sua situação profissional, em função quer das posições que atingiram no interior da advocacia, quer da concretização (ou não) de determinados aspectos do trabalho que valorizam.

Finalmente, num derradeiro momento, alinharemos algumas das conclusões a que aportámos depois do percurso realizado, sugerindo também algumas linhas de continuidade, que permitirão não só aprofundá-lo como cobrir espaços que a análise deixou em aberto.